

24

O SILENCIAMENTO DA DOR COLETIVA: SOFRIMENTO PSÍQUICO EM COMUNIDADES AFETADAS POR DESASTRES AMBIENTAIS E O PAPEL DA SAÚDE PÚBLICA

▶ **Giovanna Cabral Felipe**

Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Pará

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-5340-5796>

▶ **Luan Cruz Barreto**

Graduando em Fisioterapia pelo Centro Universitário de Excelência (Unex)

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8653-1572>

▶ **Yanka Laryssa Vicente do Nascimento**

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário de João Pessoa

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1762-6309>

▶ **Thais Fernanda Pimenta**

Pós-Graduada em Atenção Domiciliar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1538-3441>

▶ **Gustavo Bohnenberger**

Pós-graduado em Psiquiatria pelo Hospital Psiquiátrico São Pedro

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3815-8497>

▶ **Andres Santiago Quizhpi Lopez**

Cirurgião e Traumatologo Buco Maxilofacial pela Universidad Católica de Cuenca sede Azogues

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6089-0389>

▶ **Andresa Barros Santos**

Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Maranhão

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8916-1681>

▶ **Fernanda Rodrigues Arruda**

Mestre em Educação nas Profissões da Saúde

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5001-6551>

▶ **Henrique Cananosque Neto**

Doutorando em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela Universidade Estadual Paulista

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8783-5984>

► **Flávio Júnior Barbosa Figueiredo**

Doutor em Ciências da Saúde, Centro Universitário FIPMOC e Centro Universitário do Norte de Minas

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1452-9573>

RESUMO

INTRODUÇÃO: Os desastres ambientais causam rupturas profundas no cotidiano de comunidades atingidas, provocando impactos materiais, sociais e psíquicos. O sofrimento coletivo gerado por essas situações, muitas vezes, é silenciado por práticas institucionais que não reconhecem suas dimensões simbólicas e subjetivas, comprometendo a efetividade das ações de saúde pública. **OBJETIVO:** analisar os impactos emocionais desses eventos e discutir o papel das ações públicas no acolhimento e cuidado das populações atingidas. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de natureza qualitativa, realizada a partir da análise de documentos publicados entre 2018 e 2025, com recorte temático voltado aos impactos psicossociais, sofrimento ético-político e estratégias institucionais de cuidado. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Identificou-se que os desastres ampliam vulnerabilidades já existentes, afetando de modo mais intenso mulheres, crianças, trabalhadores da saúde e populações empobrecidas. Os documentos revelam que o sofrimento psíquico, frequentemente reduzido a transtornos individuais, está inserido em um contexto de perdas territoriais, rompimento de vínculos afetivos e falhas na reparação social. As políticas públicas, embora presentes, muitas vezes se mostram fragmentadas, tecnicistas e distantes das realidades locais, falhando em reconhecer a legitimidade da dor coletiva. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A pesquisa evidenciou que o enfrentamento do sofrimento psíquico em desastres exige a integração entre cuidado psicossocial, reparação simbólica e justiça ambiental. A atuação da saúde pública deve ser ampliada, incorporando estratégias que reconheçam o sofrimento como expressão legítima de injustiças históricas e estruturais. Recomenda-se que futuras investigações abordem estudos de caso e práticas comunitárias de resistência, ampliando o repertório teórico e prático da atenção em saúde mental em contextos de emergência e desastre.

PALAVRAS-CHAVES: Atenção Primária à Saúde; Desastres; Saúde Mental; Vulnerabilidade Social.

24

THE SILENCE OF COLLECTIVE PAIN: PSYCHIC SUFFERING IN COMMUNITIES AFFECTED BY ENVIRONMENTAL DISASTERS AND THE ROLE OF PUBLIC HEALTH

ABSTRACT

INTRODUCTION: Environmental disasters cause profound disruptions in the daily lives of affected communities, causing material, social, and psychological impacts. The collective suffering generated by these situations is often silenced by institutional practices that fail to recognize their symbolic and subjective dimensions, compromising the effectiveness of public health actions. **OBJECTIVE:** to analyze the emotional impacts of these events and discuss the role of public actions in welcoming and caring for affected populations. **METHODOLOGY:** This is a narrative review of the literature, of a qualitative nature, carried out based on the analysis of documents published between 2018 and 2025, with a thematic focus on psychosocial impacts, ethical-political suffering, and institutional care strategies. **RESULTS AND DISCUSSION:** It was identified that disasters increase existing vulnerabilities, affecting women, children, health workers, and impoverished populations more intensely. The documents reveal that psychological distress, often reduced to individual disorders, is embedded in a context of territorial losses, rupture of emotional bonds and failures in social reparation. Public policies, although present, are often fragmented, technical and distant from local realities, failing to recognize the legitimacy of collective pain. **FINAL CONSIDERATIONS:** The research showed that addressing psychological distress in disasters requires the integration of psychosocial care, symbolic reparation and environmental justice. Public health action should be expanded, incorporating strategies that recognize suffering as a legitimate expression of historical and structural injustices. It is recommended that future research address case studies and community resistance practices, expanding the theoretical and practical repertoire of mental health care in emergency and disaster contexts.

KEYWORDS: Primary Health Care; Disasters; Mental Health; Social Vulnerability.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem sido palco de tragédias ambientais com profundas consequências sociais, econômicas e psicológicas. Desastres como os rompimentos das barragens em Mariana (2015) e Brumadinho (2019) expõem a negligência estrutural e o impacto devastador desses eventos sobre comunidades inteiras. As perdas humanas e materiais, somadas ao sentimento de abandono e impunidade, instauram um sofrimento coletivo silenciado, frequentemente negligenciado pelas políticas públicas tradicionais (Freitas *et al.*, 2019).

A emergência de desastres ambientais vai além da destruição física. Trata-se de eventos que afetam diretamente o modo de vida, os vínculos sociais e a saúde mental das populações atingidas. Estudos apontam que as pessoas impactadas vivenciam lutos múltiplos, incluindo perdas de familiares, moradias e vínculos comunitários. Esse cenário potencializa o sofrimento psíquico e exige uma resposta intersetorial e humanizada do sistema de saúde pública (Araújo; Costa; Gonçalves, 2022).

Entretanto, o cuidado psicossocial em contextos de desastres ambientais ainda é pouco sistematizado no Brasil. Em muitas situações, os afetados não recebem assistência adequada, seja por falhas na coordenação das ações de saúde, seja pela invisibilização do sofrimento mental. A ausência de estratégias contínuas de cuidado revela uma lacuna grave no enfrentamento das consequências emocionais desses eventos (Luz *et al.*, 2022).

A atuação da saúde pública é indispensável nesses contextos, sobretudo por meio da Atenção Básica e da Estratégia Saúde da Família (ESF). Essas instâncias possuem potencial para oferecer cuidados próximos à realidade do território, com escuta qualificada e intervenções voltadas ao bem-estar biopsicossocial dos atingidos. No entanto, a efetividade dessas ações depende de preparo técnico, sensibilidade ética e compromisso político (Santos *et al.*, 2019).

Experiências com educação permanente para agentes comunitários de saúde (ACS) evidenciam a importância da formação continuada sobre desastres e saúde mental. Os ACS, por estarem enraizados nos territórios, desempenham papel fundamental na identificação de áreas vulneráveis, na escuta dos moradores e no fortalecimento de vínculos de cuidado. A capacitação desses profissionais fortalece a resposta psicossocial em momentos críticos (Santos *et al.*, 2019).

Além da formação de profissionais, é necessário que o Sistema Único de Saúde (SUS) promova intervenções estruturadas e sensíveis à complexidade das perdas vividas. Estratégias como o acolhimento psicossocial, os atendimentos domiciliares e as ações intersetoriais devem ser priorizadas. É fundamental reconhecer que o sofrimento psíquico em desastres não se limita ao trauma imediato, mas pode perdurar por anos (Luz *et al.*, 2022).

Estudos realizados após os desastres de Mariana e Brumadinho revelam aumento expressivo de transtornos mentais nas comunidades atingidas, incluindo ansiedade, depressão, insônia e transtorno de estresse pós-traumático. Também foram identificadas elevações nos índices de uso de medicamentos

psicotrópicos e de tentativas de suicídio. Esses dados reforçam a necessidade de intervenções permanentes e não apenas emergenciais (Gonçalves *et al.*, 2020).

A dor coletiva que emerge dos desastres é frequentemente silenciada pela burocracia estatal e pelas lógicas de mercado que priorizam a recuperação econômica em detrimento da reparação social. A ausência de escuta ativa e de políticas públicas efetivas agrava o sofrimento das vítimas, que permanecem invisibilizadas nos processos decisórios. É nesse cenário que a saúde pública deve se posicionar de forma crítica e transformadora (Freitas *et al.*, 2019).

A construção de um cuidado sensível à dor coletiva exige que os profissionais de saúde compreendam o território como espaço vivo de afetos, memórias e resistências. Isso implica adotar práticas que considerem os saberes locais, que respeitem o tempo do sofrimento e que valorizem a autonomia dos sujeitos. O cuidado psicossocial em desastres deve ser horizontal, participativo e culturalmente adequado (Santos *et al.*, 2019).

A Psicologia das Emergências e Desastres tem contribuído com essa construção, ao propor abordagens que articulam saúde mental, direitos humanos e justiça social. Essa área enfatiza a necessidade de intervenções que não patologizem o sofrimento, mas que o compreendam como resposta legítima às perdas vividas. Além disso, defende o direito das comunidades à reparação integral e à memória coletiva (Barbosa; Damasceno; Costa, 2023).

O silenciamento da dor coletiva também se manifesta na invisibilidade de determinados grupos sociais, como mulheres, idosos e povos tradicionais. Esses segmentos enfrentam barreiras adicionais no acesso ao cuidado, em virtude das desigualdades históricas que atravessam suas existências. Por isso, o enfrentamento dos impactos psicossociais dos desastres deve estar ancorado em princípios de equidade e interseccionalidade (Araújo; Costa; Gonçalves, 2022).

É imprescindível repensar o papel das políticas públicas diante das catástrofes, superando a lógica reativa e emergencialista. A gestão do risco e da vulnerabilidade precisa integrar ações de prevenção, preparação e resposta, com ênfase no fortalecimento comunitário e na construção de redes de apoio. A saúde pública tem o dever de ser protagonista nesse processo, articulando cuidado, cidadania e justiça ambiental (Rosas *et al.*, 2024).

Compreender o sofrimento psíquico em desastres como uma questão coletiva e política é essencial para evitar sua naturalização. O luto, o medo, a revolta e o sentimento de injustiça não podem ser tratados como desvios individuais, mas como expressões legítimas de experiências traumáticas coletivas. Essa perspectiva amplia o entendimento do cuidado e orienta intervenções mais eficazes e humanizadas (Gonçalves *et al.*, 2020).

Diante de tais reflexões, justifica-se a importância de estudos que abordem o sofrimento psíquico em comunidades afetadas por desastres ambientais, sob a ótica da saúde pública. Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos emocionais desses eventos e discutir o papel das ações públicas no acolhimento e cuidado das populações atingidas. A intenção é contribuir para o fortalecimento de práticas integradas e sensíveis à dor coletiva.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo revisão narrativa da literatura, cujo objetivo foi compreender como o sofrimento psíquico coletivo se manifesta em comunidades afetadas por desastres ambientais, bem como analisar o papel desempenhado pela saúde pública na resposta a essas situações. Essa modalidade metodológica permite uma investigação ampla e reflexiva, proporcionando a sistematização de conhecimentos já produzidos sobre o tema, com foco na identificação de lacunas, convergências e proposições futuras.

A busca bibliográfica foi realizada utilizando como principais bases de dados a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), o SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), o Google Acadêmico, além da análise de documentos governamentais e trabalhos acadêmicos (dissertações e teses). Foram incluídos também materiais disponibilizados diretamente pelos autores ou instituições relevantes na área de saúde coletiva, saúde mental, psicologia social, desastres ambientais e políticas públicas.

Os critérios de inclusão abrangeram publicações completas, em português, publicadas entre os anos de 2018 e 2025, que abordassem direta ou indiretamente os seguintes aspectos: sofrimento psíquico decorrente de desastres ambientais; impactos psicossociais em comunidades atingidas; atuação dos serviços públicos de saúde e ações intersetoriais. Foram excluídas produções duplicadas, resumos de eventos e materiais que não tratassem diretamente do tema central do estudo. A seleção permitiu uma análise crítica e interpretativa dos dados, visando destacar as dimensões subjetivas do sofrimento coletivo e o grau de efetividade das políticas públicas no enfrentamento dos desastres.

Por se tratar de uma revisão narrativa e não envolver diretamente seres humanos, a pesquisa não precisou ser submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa. Contudo, todo o processo seguiu os preceitos éticos de rigor metodológico, respeito aos autores citados e compromisso com a produção de conhecimento crítico e socialmente relevante. As referências utilizadas encontram-se devidamente listadas ao final do trabalho, em conformidade com a ABNT NBR 6023:2024.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A vivência de desastres ambientais provoca impactos diretos sobre a saúde mental das populações atingidas, manifestando sofrimento coletivo marcado por luto, medo e desesperança. O rompimento de barragens, como os de Mariana e Brumadinho, expôs milhares de pessoas à perda de familiares, moradias e vínculos afetivos, intensificando quadros de ansiedade e depressão. A desestruturação do cotidiano e a ausência de respostas imediatas por parte do Estado agravam o sofrimento. Tais situações exigem intervenções psicossociais que vão além da assistência médica convencional, considerando o contexto histórico e social dos atingidos (Rosa; Mayorga, 2022).

Esse sofrimento não deve ser reduzido a transtornos individuais, mas reconhecido como expressão de injustiças estruturais e falhas nas políticas públicas. A literatura aponta que há uma tendência de medicalização das reações das vítimas, o que mascara as causas coletivas e os determinantes sociais desse sofrimento. A invisibilidade institucional da dor psíquica vivida por comunidades impactadas reforça o sentimento de abandono e injustiça. A falta de reparações simbólicas contribui para a cronificação do sofrimento, que se manifesta de forma difusa, silenciosa e persistente (Oliveira, 2024).

A atuação dos profissionais de saúde em contextos de desastres encontra-se marcada pela falta de preparo técnico e suporte institucional. Muitos relataram dificuldade em lidar com o sofrimento ético-político, que ultrapassa os limites da clínica tradicional. Em Blumenau, por exemplo, após enchentes, as equipes enfrentaram desafios emocionais e organizacionais para acolher as vítimas. A ausência de protocolos claros e de ações articuladas entre setores da saúde, assistência social e educação limitou a resposta ao sofrimento coletivo. A improvisação e a sobrecarga emergem como padrão nesses cenários de emergência (Rafałski *et al.*, 2020).

As comunidades afetadas também enfrentam uma dissolução dos vínculos sociais, causada pela perda dos territórios e das referências identitárias. Em Mariana, as populações tradicionais relataram um sofrimento agravado pela destruição das paisagens simbólicas e culturais. O território é mais do que espaço físico; ele representa pertencimento, ancestralidade e segurança. A desestruturação desses elementos produz um luto que é, ao mesmo tempo, ambiental, cultural e afetivo. Políticas públicas que ignoram essa dimensão falham em promover cuidado efetivo (Rosa; Mayorga, 2022).

O modelo de reparação adotado após os desastres, centrado em indenizações financeiras, tem se mostrado insatisfatório para lidar com os efeitos psíquicos e sociais. A ausência de escuta ativa das comunidades, somada à morosidade das indenizações, alimenta o sentimento de impotência e revolta. Muitos atingidos expressam frustração com a forma como foram tratados pelas instituições, sentindo-se desrespeitados e revitimizados. A reparação simbólica e coletiva ainda é negligenciada, o que compromete a ressignificação do sofrimento vivenciado (Tavares, 2020).

O impacto sobre as mulheres merece destaque nas análises dos efeitos psicossociais. Estudos indicam que elas assumem funções de cuidado e organização comunitária após os desastres, acumulando responsabilidades que sobrecarregam sua saúde mental. Em Brumadinho, muitas relataram sentimento de solidão e desvalorização de seu trabalho no enfrentamento à tragédia. A perspectiva de gênero deve ser incorporada às políticas de atenção psicossocial, garantindo reconhecimento, suporte emocional e escuta qualificada às mulheres atingidas (Tavares, 2020).

Além disso, crianças e adolescentes constituem um grupo altamente vulnerável aos efeitos dos desastres ambientais. O medo, a insegurança e a ruptura do cotidiano escolar provocam impactos significativos no desenvolvimento emocional. Em várias comunidades, crianças passaram a apresentar quadros de ansiedade, distúrbios do sono e dificuldades de concentração. A ausência de políticas intersetoriais específicas para essa faixa etária compromete sua proteção integral. Investir em estratégias lúdicas, educativas e de escuta ativa é fundamental para mitigar os danos futuros (Noal *et al.*, 2020).

As práticas de cuidado que se mostraram mais efetivas são aquelas construídas com a participação ativa da comunidade. Rodas de conversa, espaços de escuta coletiva, rituais de memória e reconstrução simbólica contribuíram para fortalecer os laços sociais e resignificar as perdas. O protagonismo dos atingidos deve ser valorizado como parte essencial do processo de cuidado. A experiência mostra que o cuidado precisa ser horizontal, respeitoso e sensível à cultura local. Essas estratégias se opõem à medicalização e promovem empoderamento coletivo (Oliveira, 2024).

A saúde pública deve assumir um papel central na articulação das respostas intersetoriais, especialmente no enfrentamento das consequências psíquicas dos desastres. A integralidade do cuidado exige que as ações em saúde mental estejam conectadas à assistência social, à educação, à moradia e à justiça ambiental. A atuação fragmentada entre os setores impede respostas eficazes e agrava o sofrimento. É necessário um pacto federativo para o enfrentamento dos desastres, com diretrizes nacionais que respeitem as realidades locais e garantam orçamento específico para essas ações (Rafałowski *et al.*, 2020).

O processo de elaboração do luto coletivo precisa ser respeitado pelas políticas públicas. As comunidades precisam de tempo, espaço e reconhecimento para expressar sua dor, lembrar suas perdas e reconstruir suas histórias. Quando o luto é interrompido ou ignorado pelas instituições, os traumas se cronificam. A ausência de rituais simbólicos de reparação, como memoriais e cerimônias, compromete a saúde emocional dos atingidos. O cuidado psicossocial deve incluir práticas que respeitem a subjetividade e a cultura dos povos impactados (Noal *et al.*, 2020).

A literatura também denuncia que, em muitos casos, os próprios trabalhadores da saúde sofrem abalos emocionais ao atender essas populações. A sobrecarga, a falta de preparo e a identificação com o sofrimento dos usuários produzem desgaste e adoecimento entre os profissionais. Estratégias de cuidado para quem cuida devem ser implementadas como parte das respostas institucionais. O cuidado em desastres precisa ser construído de forma coletiva, horizontal e solidária, promovendo redes de suporte mútuo. A valorização do trabalho em equipe fortalece a atuação e protege os profissionais (Silva; Silva; Molin, 2024).

As ações preventivas ainda são limitadas e pouco efetivas. Mesmo em regiões com histórico de desastres, como Minas Gerais, não há planos consistentes de preparação da população e dos serviços públicos. A falta de mapeamento de riscos, de treinamento para emergências e de articulação entre os entes federativos compromete a capacidade de resposta. A prevenção deve ser entendida como parte do cuidado em saúde, envolvendo educação ambiental, defesa civil e vigilância em saúde mental. A promoção de territórios resilientes é tarefa fundamental do SUS (Lima *et al.*, 2025).

Experiências exitosas mostram que é possível construir respostas mais humanas, participativas e efetivas. Iniciativas como o Fórum Mineiro de Saúde Mental, que articula profissionais, pesquisadores e atingidos, fortalecem a luta por direitos e promovem estratégias inovadoras de cuidado. A escuta ativa, o reconhecimento do sofrimento e o compromisso com a reparação justa são pilares de uma política de saúde mental emancipatória. O SUS precisa reafirmar seu papel na garantia do cuidado integral diante das múltiplas formas de violência ambiental (Tavares, 2020).

Portanto, o sofrimento psíquico das populações atingidas por desastres ambientais é uma questão complexa, coletiva e política. As políticas públicas devem superar a lógica da emergência pontual e garantir cuidado contínuo, intersetorial e culturalmente sensível. A dor dessas comunidades não pode ser silenciada ou reduzida a diagnósticos. Ela exige escuta, justiça e reparação. A saúde pública tem o dever ético de reconhecer essas vozes e construir caminhos que promovam cuidado, memória e dignidade (Oliveira, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão permitiu compreender que o sofrimento psíquico coletivo vivenciado por comunidades atingidas por desastres ambientais transcende as dimensões clínicas e individuais, sendo fortemente marcado por violências simbólicas, desamparo institucional e processos de invisibilização social. A análise dos documentos revelou que a dor experimentada por esses grupos é atravessada por fatores históricos, políticos e territoriais, e que o silenciamento desse sofrimento contribui para a perpetuação das injustiças socioambientais. Dessa forma, a saúde pública precisa ampliar sua atuação, incorporando estratégias intersetoriais, culturais e subjetivas na formulação de políticas de atenção psicossocial.

Os resultados obtidos evidenciam contribuições importantes para o campo acadêmico e social, ao demonstrarem que o cuidado em saúde mental, em contextos de desastre, exige escuta qualificada, ações de reparação simbólica e o reconhecimento do sofrimento como demanda legítima de justiça. A pesquisa reforça a necessidade de superar modelos biomédicos fragmentados, propondo uma abordagem integral, territorializada e sensível às especificidades de cada comunidade atingida. Para a sociedade, os achados reiteram a importância de políticas públicas comprometidas com a equidade, a dignidade e a reconstrução de vínculos afetivos e coletivos.

Como limitação, destaca-se a restrição ao número de documentos analisados, todos em língua portuguesa, o que pode ter limitado a diversidade de perspectivas teóricas. Além disso, a natureza narrativa da revisão não permite generalizações estatísticas. Recomenda-se que futuras pesquisas explorem estudos de caso empíricos, análises comparativas entre diferentes desastres e investigações que incluam a voz direta dos sujeitos afetados. Conclui-se, portanto, que a valorização da escuta, do pertencimento e da reparação simbólica são elementos centrais para o enfrentamento da dor coletiva, e que a saúde pública deve assumir papel ativo nesse processo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Karina Fernandes Martiniano; COSTA, Luíza França; GONÇALVES, Acrísio Luiz. Impactos psicossociais dos desastres da mineração em Mariana e Brumadinho: uma revisão integrativa. **Revista Psicologia e Saúde em Debate**, v. 8, n. 1, p. 221-237, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V8N1A13>.

- BARBOSA, Luiz Augusto Souza; DAMASCENO, Roniel Sousa; COSTA, Maria Suely Alves. Psicologia das emergências e desastres no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 15, n. 1, p. 134-149, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2023.v15i1.4597>.
- FREITAS, Carlos Machado de *et al.* Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 5, p. 1-12, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00052519>.
- GONÇALVES, Esther Barbosa Felix *et al.* O dano interior: repercussão psicossocial da tragédia da Vale na população de Brumadinho-MG. **Revista de Saúde e Desenvolvimento**, v. 8, n. 2, p. 546-553, 2020. DOI: <https://doi.org/10.16891/2317-434X.v8.e2.a2020.pp546-553>.
- LUZ, Rafael Reis da *et al.* Compreendendo o atendimento psicológico às vítimas de desastres naturais no Brasil. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 7, n. 14, p. 133-149, 2022.
- LIMA, Anacássia Fonseca de *et al.* Desastre da mineração em Maceió-AL: avaliando o impacto na saúde dos atingidos. **Ambiente & Sociedade, São Paulo**, v. 28, 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc00522vu28L1AO>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc>.
- NOAL, Débora da Silva *et al.* Desastre da Vale: o desafio do cuidado em saúde mental e atenção psicossocial no SUS. **Saúde em Debate, Rio de Janeiro**, v. 44, n. esp. 2, p. 353-363, jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E224>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb>.
- OLIVEIRA, Lucas Furiati de. Quadrilátero Ferrífero, Psicologia e os Desastres de Rompimentos de Barragens de Rejeitos em Minas Gerais. 2024. **Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte**, 2024. Disponível em: https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0.
- ROSAS, Julia Barban Morelli *et al.* A atenção primária no enfrentamento aos desastres socioambientais: a experiência de Petrópolis – RJ. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 19, n. 46, p. 1-8, 2024. DOI: [https://doi.org/10.5712/rbmfc19\(46\)4204](https://doi.org/10.5712/rbmfc19(46)4204).
- RAFAŁOSKI, Alessandra Rossoni *et al.* Saúde mental das pessoas em situação de desastre natural sob a ótica dos trabalhadores envolvidos. **Saúde em Debate, Rio de Janeiro**, v. 44, n. esp. 2, p. 230-241, jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E216>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb>.
- ROSA, Débora Diana da; MAYORGA, Cláudia. Impactos psicossociais do rompimento da barragem da Samarco, Vale e BHP Billiton em Mariana/MG. **Barbarói, Santa Cruz do Sul**, n. 62, p. 72-91, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v62i2.17843>. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/17843>.
- SANTOS, Patricia Zogbi dos *et al.* Educação permanente sobre a atenção psicossocial em situação de desastres para Agentes Comunitários de Saúde: um relato de experiência. **Saúde em Debate**, v. 43, n. especial 3, p. 200-208, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S315>.
- SILVA, Diego da; SILVA, Rosa Kioko Ilda da; MOLIN, Evandinei Dal. Intervenções em riscos e desastres: o papel da psicologia no acolhimento das demandas emocionais da população que sofre com as enchentes no Rio Grande do Sul. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE, São Paulo**, v. 10, n. 5, p. 5378-5380, maio 2024. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i5.14265>. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14265>.
- TAVARES, Mariana. Desastre de Brumadinho e os impactos na saúde mental. **Ciência & Cultura, São Paulo**, v. 72, n. 2, p. 6-7, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://cienciaecultura.bvsalud.org>.